

LAZER E PARTICIPAÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JOVENS DO ESTADO DO ACRE/BRASIL

**LUCICLEIA BARRETO QUEIROZ
ISABEL MENEZES**

FACULDADE DE PSICOLOGIA E CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO. UNIVERSIDADE DO PORTO/PORTUGAL
lucygroz@hotmail.com

No Brasil, na última década, as juventudes conquistaram uma boa posição na agenda social e política. Entidades juvenis locais e nacionais, Organizações Não Governamentais, Governos Municipais, Estaduais, Federal, Parlamentares, Igrejas e a Organização das Nações Unidas voltaram a pautar atenção e iniciativas destinadas às juventudes.

Políticas e programas para jovens sempre existiram, mas o entendimento de que é necessário um conjunto amplo e articulado de políticas que atentem para a singularidade e, ao mesmo tempo, para a pluralidade da juventude, tomada como um segmento específico, se estruturou mais recentemente. Esse entendimento é reflexo de profundas mudanças ocorridas nas últimas décadas. A juventude não se refere mais a uma breve passagem da vida infantil para a vida adulta, nem à possibilidade de vivê-la está reduzida a um pequeno segmento da sociedade. Como etapa do ciclo de vida, se alargou e comporta hoje múltiplas dimensões de vivência e experimentação, para além da formação para a vida adulta, adquirindo sentido em si mesma. Isso significa que a juventude deve ser considerada simultaneamente como um percurso para a inserção e emancipação social e como um tempo próprio para “viver a vida juvenil”. Pais (1998) Abramoway (2002).

Dados da literatura apontam que mais de 50% da humanidade tem menos de 25 anos de idade e vive em países em desenvolvimento. Estimam ser provável que nos próximos 35 anos, por volta de 95% do crescimento demográfico mundial aconteça na África, Ásia e América Latina. No Brasil, dados do IBGE de 2010, referente a faixa etária de 15 a 24 anos revelaram um total de 30 milhões e 420 mil jovens, cerca de 18% da população geral, sendo a maioria oriunda de famílias de baixa renda. Desses 30 milhões, 20.144% vivem na região norte do País. Barros et al. (2002), IBGE (2008), PNAD (2007).

Maior importância às atividades exercidas pelos adolescentes vem sendo dadas nos últimos anos, particularmente pela Organização Mundial de Saúde, pois tem sido observadas as relações entre essas atividades e diversas doenças crônico-degenerativas num futuro próximo, entre elas a hipertensão arterial, diabetes, obesidade, e os comportamentos de risco nocivos à saúde do próprio indivíduo ou de outrem.

Diante disso, com base em avaliações efetuadas pela Secretaria Nacional de Juventude, e dentro da nova gestão do governo brasileiro, diante dos resultados advindos da 1ª e 2ª Conferência nacional de juventude foi elaborada a política nacional de juventude em cujas proposições estão colocadas as ações das diferentes áreas de execução: educação, trabalho, saúde, cultura, lazer, esporte. Referem-se, portanto, a políticas universais, com um enfoque adequado às especificidades dessa fase da vida.

Assim, considerando que a juventude é uma condição social, parametrizada por uma faixa etária, que de acordo com o documento da política de juventude brasileira (2006), no Brasil congrega cidadãos e cidadãs com idade compreendida entre os 15 e os 29 anos, é necessário um entendimento mais amplo, de que ser jovem no Brasil contemporâneo é estar imerso, por opção ou por origem, em uma multiplicidade de identidades, posições e vivências. A juventude brasileira é fruto da sociedade brasileira e, em tempos de globalização e rápidas mudanças tecnológicas, deve ter condições, oportunidades e responsabilidades específicas na construção de um País justo e próspero. Assim sendo, não há como esquecer a necessidade da inserção social dessa juventude (CONJUVE 2006).

Essa inserção social da juventude, deve se dar a partir da formulação de políticas públicas que beneficiem todo um contingente que representa o futuro de um País ou mesmo do mundo. A ocupação do tempo livre dos jovens com atividades e atitudes saudáveis deve ser balizado pelo oferecimento de programas e propostas em especial na área do lazer. Todo esse investimento na juventude passa pela elaboração de políticas como por exemplo a política pública brasileira de esporte e lazer cuja discussão tem recebido contínuas contribuições de pesquisadores das áreas de Educação Física e Desporto, Ciências Sociais, Ciência Política, Serviço Social, dentre outras.

Embora se admita a existência de atenção ao estudo do tema, há que se ressaltar que o grande debate proposto pelas diferentes áreas dedica-se a recortes como trabalho e economia, podendo desembocar, inclusive, para setores como saúde e educação, mas não se projeta para o esporte e lazer o que demonstra uma lacuna relacionada aos estudos de políticas públicas voltados para esse setor. O estabelecimento de políticas para setores como trabalho e saúde parecem ser mais urgentes do que para o esporte e ou lazer. Suassuna, etall (2007), Spósito (2007), Bracht,(2003).

Em que pese a garantia dos direitos sociais na Constituição Federal de 1988 e a criação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer o que tem-se percebido é que o lazer continua a ser usado como um tema periférico na elaboração e execução das políticas governamentais. Pochmann e Amorim (2003), Bracht,(2003), Azevedo (2007).

Uma análise dos termos lazer e educação tem sido feita por diversos estudiosos e ratifica a estreita vinculação, fundamentação e responsabilidade da educação para com o lazer e o mesmo do lazer para com a educação. Educar para o lazer não tem sido prioridade em muitas organizações, sejam elas públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos. A relação entre educação e lazer não tem sido bem compreendida entre as pessoas, e isso pode ter provocado um lapso de tempo importante no desenvolvimento de políticas fundamentais para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos em nosso país. Azevedo(2007), Struna (1977), Camargo(1989), França(2003).

A importância dos benefícios do lazer hoje, não são mais discutíveis. O que se discute é qual a melhor maneira de realizá-lo para que se alcance o bem estar das pessoas. O Manifesto Mundial da Educação Física, da Federação Internacional de Educação Física – FIEP ressalta que “A Educação Física deverá sempre constituir-se de práticas prazerosas para que possa criar hábitos e atitudes favoráveis nas pessoas quanto ao uso das diversas formas de atividades físicas no tempo para o lazer”. A Lei Nº 9.615/1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, cita o lazer apenas no momento em que reconhece o desporto na manifestação denominada desporto educacional ou seja, aquele que é praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer.

Provavelmente a criação de oportunidades de lazer e de participação cívica e política dos jovens na sociedade em que convivem ratifica a afirmação de Menezes 2010 quando diz que:

“ se se admite que a promoção da participação cívica e política das pessoas é essencial para a qualidade da cidadania, a consequência é reconhecer que a intervenção sócio-educativa, neste domínio junto de grupos, instituições e comunidades é um projeto ele próprio, politicamente comprometido”. (MENEZES, 2010).

Menezes (2007) reportando-se a participação de jovens, enfatiza que a participação juvenil está em crise no duplo sentido em que formas convencionais de envolvimento político estão em recessão, ao mesmo tempo que novas maneiras de envolvimento na cidade estão em expansão. A autora faz referencia a diversos trabalhos que revelam os dados nacionais de Portugal, onde a participação tende a decorrer preferencialmente em associações de tipo “desportivo, cultural e recreativo,” e de solidariedade social ou religioso” tanto para os jovens como para os adultos.

Segundo RUA (1998), as políticas públicas em geral, e especificamente as políticas juvenis, no Brasil, são fragmentadas, estão à mercê da competição interburocrática, padecem da descontinuidade administrativa e agem em resposta a certas ofertas e não a demandas específicas.

Apesar de tudo, nos últimos sete anos o tema da juventude foi enfim inserido na agenda pública, no Brasil, especialmente no reconhecimento de problemas que mais diretamente afetam os jovens: saúde, violência e desemprego, e na consideração do jovem como protagonista ativo na implementação destes programas. Vale ressaltar que lamentavelmente não se tem nenhum diagnóstico sobre a utilização do tempo livre dos jovens que tenha subsidiado as propostas das políticas nacional e estadual. Quando assim nos pronunciamos, queremos enfatizar que grande parte dos estados brasileiros, e em particular o estado do Acre, tem desenvolvido por certo alguns programas oriundos do Governo federal como o PROJOVEM, o PELC o programa Segundo Tempo de uma forma ainda longe de atender as necessidades básicas de ocupação do tempo livre e oferecimento de lazer saudável da grande maioria de população jovem do Estado.

Para concluir sobre a caracterização dos conceitos e definições do que é ser jovem, citamos Pais (2007) quando diz que os jovens são o que são, mas também são (sem que o sejam) o que deles se pensa, os mitos que sobre eles se criam. Esses mitos não refletem apenas a realidade, ajudam-na também a instituir-se como uma idealização ou ficção social. O importante é não se deixar contagiar por equívocos conceituais que confundem a realidade com as representações que a conformam ou dela emanam.

Finalmente, constatamos que os processos inerentes a gestão de políticas públicas de esporte e lazer e participação cívica e política no Estado do Acre seguem o que acontece ou é proposto pelo Governo Federal. Não existem ações específicas do Governo local. Como resultado das entrevistas encontramos um conflito nas respostas: para os gestores governamentais as políticas estão sendo concretizadas enquanto os jovens afirmam a ausência de instalações desportivas apropriadas, falta de programas desportivos, sociais e culturais e apoio e incentivo para a sua participação cívica e política e nas atividades de lazer.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M. Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas. Brasília: UNESCO, BID, 2002.
- BARROS, RICARDO, COSCARELLI, PEDRO, COUTINHO, MARIA DE FÁTIMA G. ET AL. O uso do tempo livre por adolescentes em uma comunidade metropolitana no Brasil. *Adolesc. Latinoam.*, nov. 2002, vol.3, no.2, p.0-0. ISSN 1414-7130.
- CAMARGO, L. O. L. *O que é lazer*. São Paulo: Brasiliense. 1989.
- CASTRO, J. A.; AQUINO, L.M.; ANDRADE, C. C. Juventude e políticas sociais no Brasil. (orgs). Brasília, IPEA 2009.
- FRANÇA, T. L. Educação para e pelo lazer. In N. C. Marcelino (Ed.). *Lúdico educação e educação física* (pp. 33-47). Rio Grande do Sul: Unijuí. 2003.
- IBGE, (2010). Censo 2010. Brasília: *Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão*. Disponível online em <http://www.ibge.gov.br/>. Acedido a 01/02/12.
- IPEA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. 2007. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/comunicado_presidencia/Comunicado_%20da_%20presidencia12.pdf. Acesso em: 10/10/2012.
- MENEZES, I. *Intervenção comunitária: uma perspectiva psicológica*. Porto: Legis Editora. 2010.
- MENEZES, I. Da (inter)acção como alma da política: para uma crítica da retórica “participatória” nos discursos sobre os jovens. In J. M. Pais, R. Bendit & V. S. Ferreira (Eds.), *Jovens e rumos* (pp. 333-351). Lisboa: ICS. 2011.
- PAIS, J. M. *Gerações e valores na sociedade portuguesa contemporânea*. Lisboa: ISC. 1998.
- PAIS, J. M., BENDIT, R.; FERREIRA, V. S. (2011). *Jovens e rumos*. Lisboa: ICS. *Política*

nacional de juventude: diretrizes e perspectivas. (2006). Novaes, R. C. R., Cara, D. T., Silva, D. M., Papa, F. C. (ORGs). São Paulo: CONJUVE; Fundação FriedricEleert. Rua, M. G. (1998). As políticas públicas e a juventude dos anos 90. In M. GRua (Ed.). *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*(pp. 731-752). Brasília: CNPD.

SPOSITO, MARÍLIA PONTES. Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas. São Paulo: Ação Educativa, 2003.

SPOSITO, MARÍLIA PONTES. Espaços urbanos e tempos juvenis: um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas do Brasil. São Paulo: Global, 2007.

Lucicleia Barreto Queiroz
Avenida da República 974 9º andar
Matosinhos Porto Portugal
lucygroz@gmail.com